



# Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015): o caso dos jovens do Território do Mato Grande<sup>1</sup>

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior<sup>2</sup>

Joana Tereza Vaz de Moura<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo principal compreender a participação da juventude rural do Território do Mato Grande (RN) nas conferências territorial, estadual e nacional de Juventude que aconteceram em 2015. O artigo contribui para uma discussão acadêmica sobre juventude rural, participação política e espaços deliberativos, problematizando as formas que um grupo específico utiliza para impulsionar determinadas ações e debates. A metodologia é essencialmente qualitativa, utilizando entrevistas com jovens, análise documental, além da participação de um dos autores nas dinâmicas das conferências. Os resultados mostram que houve um fortalecimento das pautas da juventude nos espaços tradicionais de representação política, como os sindicatos rurais e movimentos sociais, contribuindo para que esses jovens fossem vistos como sujeitos de direitos. Além disso, a presença de novas formas de participação

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, e enviado para esta publicação após melhorias e continuidade de pesquisa.

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal - Brasil - marcosaureliojunior@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-5553-6625>.

3 Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal - Brasil - joanateresa@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-9561-1063>.

no território impulsionou a mobilização desses jovens, reconfigurado a disputa política no território.

**Palavras-chave:** juventude rural; participação social; política; conferências.

### **Rural youth dynamics in the participatory processes of Youth Conferences (2015): the case of the youth of Mato Grande Territory**

**Abstract:** *The main objective of this article is to understand the participation of rural youth in the Territory of Mato Grande (RN) in the territorial, state and national Youth Conferences that took place in 2015. The article contributes to an academic discussion on rural youth, political participation and deliberative spaces, problematizing the ways that a specific group uses to drive certain actions and debates. The methodology is essentially qualitative, using interviews with rural youth, documentary analysis, in addition to the participation of one of the authors in the dynamics of the Conferences. The results show that there was a strengthening of youth agendas in traditional spaces of political representation, such as rural unions and social movements, contributing to these young people being seen as subjects of rights. In addition, the presence of new forms of participation in the Territory has boosted the mobilization of these young people, reconfiguring the political dispute in the territory.*

**Keywords:** rural youth; social participation; politics; conferences.

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise da participação política da juventude rural nos processos de deliberação das conferências territorial, estadual e nacional de juventude do ano de 2015, último ano de realização das conferências, focalizando as particularidades que permeiam a realidade da juventude rural e considerando a implementação gradativa de mecanismos de participação provenientes do processo de redemocratização do país. Assim, o foco se dirige para a organização dos jovens no meio rural para poder influenciar os espaços de participação social existentes nos territórios. Como caso empírico, a escolha de análise foi a juventude rural do Território do Mato Grande (RN) e sua inserção na Conferência Territorial de Juventude do Mato Grande, na Conferência Estadual de Juventude do Rio Grande do Norte e na Conferência Nacional de Juventude.

Portanto, o estudo diz respeito às mobilizações dos jovens ocorridas no Território do Mato Grande até sua inserção como delegados na Conferência Nacional de Juventude, tratando-se de atuação em três conferências, pautando demandas específicas da juventude rural. O artigo contribui para uma discussão acadêmica sobre juventude rural, participação política e espaços deliberativos, problematizando as formas que um grupo específico utiliza para impulsionar determinadas ações e debates.

Para Castro *et al.* (2009), a juventude rural era, até pouco tempo, uma categoria invisível. Com o passar dos anos, ganhou espaço nas pesquisas acadêmicas com discussões acerca da migração campo-cidade, hierarquia e subordinação rural-urbana, relações de dependência entre jovens e pais, além de oportunidades de fixação no campo. Entretanto, o acesso dessa juventude às políticas públicas e aos espaços de participação social é limitado devido à ausência de reconhecimento de direitos civis básicos e de oportunidades educacionais, assim como a sua subordinação histórica e cultural.

Nesse quadro, este artigo analisa a presença e atuação da juventude rural do Mato Grande (RN) nos espaços institucionais de conferências de juventude territorial, estadual e nacional. A pesquisa se fundou em observação participante de um dos autores no processo de construção da etapa estadual (enquanto delegado do poder público) e na etapa nacional (enquanto ouvinte), análise documental por meio de atas e relatórios finais das conferências analisadas, além de entrevistas em profundidade realizadas com três representantes da juventude do Mato Grande.

O Entrevistado 01, do município de João Câmara, representante da juventude indígena do RN, atuou como coordenador de juventude da microrregional da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e desempenhou papel de articulador na etapa municipal de seu município e na territorial. A Entrevistada 02, do município de São Miguel do Gostoso, é integrante do Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas (FOPP), da Rede Xique Xique de comercialização solidária, militante da Marcha Mundial das Mulheres e foi Assessora Territorial de Gestão Social pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da UFRN durante o processo das conferências. A Entrevistada 03, também de São Miguel do Gostoso, é jovem ativista das questões comunitárias. Todos os entrevistados foram delegados nas etapas territorial e estadual, além da participação como delegados (E01 e E02) na etapa nacional.

As questões discutidas durante as entrevistas giraram em torno das trajetórias desses representantes, suas atuações nas comunidades até a chegada

nas conferências, a percepção sobre o processo de construção das conferências e das articulações das demandas da juventude rural, os desafios e limites desses espaços.

O artigo está dividido em três partes. No primeiro item, apresentamos um breve resgate histórico do conceito de participação social e sua mobilização para análise do processo político a partir da redemocratização brasileira, passando pelos mecanismos e políticas públicas que fortaleceram a integração de representantes da sociedade civil nas tomadas de decisões do Estado, em particular no que se refere ao papel das conferências temáticas. A segunda seção se refere às discussões sobre a juventude rural, considerando em particular os jovens do território do Mato Grande. Por fim, na terceira parte, desenvolve-se a análise da participação desses atores sociais nas conferências territorial, estadual e nacional, apontando para as dificuldades e proposições deliberadas nesses espaços.

## 1 A experiência das conferências temáticas no Brasil

De acordo com Lavallo (2011), a participação leva a pensar em diferentes processos sociais, permitindo considerar distintos arranjos participativos no tempo e espaço. Porém, duas demandas históricas associadas à participação podem ser destacadas: autodeterminação e igualdade política. A primeira se baseia na capacidade dos cidadãos de compreender suas decisões e suas respectivas consequências. Quanto à igualdade, trata-se de visar a garantia de tratamento igualitário entre interesses de diferentes grupos sociais. Para o autor, esses dois atributos estão interligados e são intrínsecos às reivindicações por participação social.

Segundo Gohn (2004), uma sociedade democrática se identifica pela participação política de indivíduos e grupos organizados. Para a autora, uma sociedade organizada, mesmo que localmente (micro), pode dar início a um processo de macrotransformação, por meio de poder e capital social adquiridos em determinado território. No Brasil, após 21 anos de um regime militar e autoritário, a pressão dos movimentos sociais, de sindicatos, de comunidades eclesiais de base e de outros grupos organizados que prezavam pela democracia resultou na Constituição Federal de 1988, que marca o processo de redemocratização do país. Esta Carta Magna representa conquistas democráticas para a estrutura organizativa do Estado e, por conseguinte, para a sociedade brasileira.

A criação e fortalecimento de diversas associações, grupos de moradores, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, entidades de classe, organizações

não governamentais, coletivos religiosos e demais grupos que prezavam pelo convívio democrático, ganharam intensidade na década de 1980 e foram imprescindíveis para a construção da identidade democrática de significativa parcela da base da sociedade brasileira. Assim, houve fomento à participação dos membros desses grupos em espaços de debate público, com diferentes graus de institucionalização. Esses fatores foram fundamentais para uma mudança gradativa das estruturas de poder no Brasil, em que cada vez mais brasileiros influenciavam na esfera pública com diferentes identidades sociais.

O movimento democrático ascendente da década de 1980 impulsionou a criação de mecanismos institucionais de participação. Os dois maiores dispositivos dessa natureza são os conselhos e as conferências nacionais de políticas públicas. Motivados por experiências internacionais de conselhos gestores em diversos países, com o fim do regime militar no Brasil, setores da esquerda reivindicavam este tipo de instância participativa como meio de ampliar o poder popular naquela época. Gohn (2004) afirma que os conselhos e outros mecanismos de participação não têm como objetivo substituir o Estado, mas, sim, pressioná-lo para garantir direitos e propiciar serviços básicos universais, como saúde e educação, com qualidade.

Como meio de fomento à participação social, especialmente a partir de 2002, ocorreu a realização de uma série de conferências nacionais. Estas últimas se tornaram importantes processos de ampliação da participação social no ciclo de políticas públicas no Brasil (Avritzer, 2012). Trata-se de espaços públicos institucionalizados de participação social, inseridos na agenda governamental enquanto política com vistas ao fortalecimento da democracia participativa no Brasil.

Portanto, as conferências são convocadas pelo governo federal, por meio de seus ministérios e secretarias, contando com o apoio das secretarias Geral da Presidência da República e Nacional de Articulação Social (SNAS) para sua realização.

As conferências constituem, dessa maneira, um espaço de deliberação e construção de políticas públicas dos mais variados segmentos representativos da sociedade. Assim, as conferências se tornaram as principais instâncias de proposição de novas diretrizes de políticas públicas para compor o Plano Plurianual (PPA), englobando planejamento, monitoramento e avaliação das ações governamentais nas três esferas da Federação (Petinelli, 2011).

Esses mecanismos institucionais de participação podem ser compreendidos como oportunidades de engajamento político e representação social no desenho das políticas públicas e, portanto, podem gerar também incentivos

institucionais para fortalecer os movimentos sociais. Esse fomento à participação encoraja, aliás, a multiplicação de organizações de representação da sociedade civil.

Conforme destacam Silva, Rocha e Alves (2012), as Instituições Participativas tendem a incidir nas diversas organizações no que tange a seus contextos e repertórios de ação, a fim de alcançarem seus objetivos. Segundo Petinelli (2011), de 1941 a 2015, foram realizadas 158 conferências nacionais, das quais 117 ocorreram entre os anos 2003 e 2015 (governos Lula e Dilma), envolvendo mais de 10 milhões de pessoas entre as etapas municipais, territoriais, estaduais e nacionais, em 40 eixos de políticas públicas.

As conferências são convocadas pelo governo federal por meio de decreto presidencial, apontando o ministério ou secretaria responsável por sua temática. Juntamente com a convocatória, é divulgado o conjunto de diretrizes da conferência, com notadamente eixos temáticos, proporção de delegados da sociedade civil e do poder público, cronograma e comissões organizadores. A plenária da conferência tem a incumbência de deliberar sobre o regimento, propondo mudanças ou complementos em documento preliminar.

Esse processo de leitura de regimento, formulação de mudanças e aprovação deve ocorrer em todas as etapas (municipais, territoriais, estaduais e nacionais), com intuito de corresponder a uma prática democrática e participativa. O regimento estabelece, inclusive, o principal objetivo da conferência, como a manutenção e aprimoramento de políticas públicas. O caso das Conferências de Saúde merece ser citado por seu pioneirismo, contribuindo para uma sólida construção política nesse âmbito no país.

Para outros temas, como mulheres e igualdade racial, por exemplo, o objetivo está relacionado à construção de políticas nacionais com características de planos focais, de acordo com Pinto (2006). No caso do meio ambiente e das cidades, os objetivos dizem respeito, particularmente, ao fomento da participação local e identificação de problemas prioritários.

Já a Conferência de Juventude, como se analisa no decorrer deste estudo, em suas duas primeiras etapas nacionais, obteve como resultado a aprovação da PEC da Juventude, do Estatuto da Juventude e o Plano. Essas pautas representam antigas demandas do movimento de juventude no Brasil. Com o acúmulo político das organizações, as juventudes conseguiram não apenas colocar essas demandas em evidência, como puderam se articular em prol da eleição delas como prioritárias no espaço da conferência nacional, demarcando para o poder público as necessidades compreendidas como urgentes pelos movimentos de juventude.

De acordo com Pinto (2006), os objetivos traçados pelo poder público no que se refere ao regulamento das conferências é um sinal de que o processo ainda carece de certa independência. Em algumas conferências, existe a preocupação com a elaboração e aprovação de políticas públicas concretas, enquanto em outras os objetivos ainda são muito subjetivos. Podemos constatar que, nos eixos Mulheres e Igualdade Racial, com presença significativa dos movimentos sociais na construção da conferência, o objetivo tende a ser mais claro: proposições de políticas públicas que garantam os direitos de minorias. Podemos observar certa fragilidade dos delegados da sociedade civil para inserir racionalmente suas ideias e para demonstrar suas inquietações na arena pública, apesar das ambições democráticas que permeiam as etapas locais, territoriais, estaduais e nacional.

Portanto, é necessário compreender que os espaços de conferência constituem uma arena de disputas e lutas no campo político. Analisar a ação dos atores inseridos nesses espaços é de extrema importância para analisar como as disputas ocorrem desde o início do processo, das conferências territoriais até a etapa nacional. Apesar do espaço democrático e plural, as conferências não são diferentes de outros campos políticos marcadas pelas disputas e lutas simbólicas.

Com a crise política iniciada em 2015 e fortemente sentida em 2016, a juventude passa por um processo de retrocesso no que tange às políticas públicas específicas de juventude, além da centralidade que a categoria possuía no debate do governo federal após criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Para Moura, Silva Júnior e Silva (2021), a juventude passa a ser colocada em segundo plano pelos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atual). Em 2016, a SNJ se torna vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República. Para Caetano e Azevedo (2017: 16), essa medida não se tratava apenas de uma mudança “de ‘sala’ ou de ‘prédio’, mas também da substituição de perspectivas, que estão relacionadas a projetos societários distintos e que se encontram, constantemente, em contraposição”.

Programada para 2019, a 4ª edição da conferência não foi realizada, sendo a 3ª Conferência Nacional de Juventude (2015) – o foco deste estudo – um dos últimos grandes eventos voltados para o debate de políticas públicas de juventude no Brasil.

## 2 A juventude rural enquanto categoria política

Assim como o meio rural é bastante heterogêneo, a juventude do campo também apresenta suas diversidades e particularidades. A dinâmica rural,

carregada por fortes costumes e culturas, interfere intrinsecamente no tecido social e na vida do jovem, envolvido em atividades agrícolas ou não. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a juventude rural no Brasil é composta por 8,5 milhões de pessoas. O quantitativo nos dá pistas acerca da diversidade que permeia a categoria juventude rural.

O Estatuto da Juventude, criado em 2013, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, define a população jovem como aquela com idade entre 15 e 29 anos. Todavia, os movimentos sociais ponderaram que a juventude rural, devido a suas particularidades, abrange pessoas com até 35 anos, vivendo em comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e pequenas cidades marcadas por relações sociais típicas do meio rural e/ou das atividades agrícolas.

O Estatuto da Juventude é o instrumento legal (Lei n. 12.852/2013) – que determina os direitos dos jovens garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro –, independente do governante à frente da gestão dos poderes públicos (Brasil, 2014). A homologação do Estatuto da Juventude foi importante conquista que a juventude brasileira obteve nesses últimos anos. Foi garantida constitucionalmente uma série de direitos, incluindo, segundo o art. 2º, II, a “valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”.

Entretanto, a juventude como um todo ainda encontra entraves que dificultam a garantia desses direitos. Até pouco tempo, a academia realizava poucos estudos sobre juventude rural. Em sua maioria, as pesquisas eram voltadas à questão do êxodo rural e/ou permanência dos jovens no campo. Entretanto, nos anos 2000, a juventude rural passou a ganhar maior visibilidade na esfera pública e até mesmo dentro dos próprios movimentos sociais rurais.

Segundo Castro *et al.* (2009), no início dos anos 2000, a juventude rural passou a ganhar mais visibilidade por meio de espaços próprios de participação. Vários movimentos sociais realizaram encontros, congressos e acampamentos, como: I Congresso Nacional de Juventude Rural (realizados pela Pastoral da Juventude Rural-PJR e MST), Encontros de Juventude do Campo e da Cidade (MST), Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar (Fetraf), Seminário do Programa Jovem Saber (Contag), VI Campamento Latino Americano de Jóvenes (Via Campesina).

Na direção dos avanços participativos dos jovens rurais, no início dos anos 2000, durante primeiro governo Lula, a institucionalização da categoria “juventude” na esfera pública ganha corpo com a criação da Secretaria Nacional de



Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em 2005, garantindo políticas públicas e direitos básicos para a juventude brasileira. A SNJ contava com uma pasta de juventude rural que “[...] surgiu na perspectiva de promover ações que garantam qualidade de vida no espaço rural para juventude do campo” (Brasil, 2014).

Para Castro (2016), a visibilidade da juventude rural na esfera governamental foi sustentada por esses mecanismos institucionais surgidos nos governos Lula e Dilma. A Conferência Nacional de Juventude, por exemplo, foi marcada, principalmente nas suas duas primeiras edições, pela presença e discursos propositivos da juventude rural (Castro, 2016). Os conselhos de políticas públicas, como o Conselho Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar, possuíam representação de jovens rurais e contribuíram para o fortalecimento institucional da categoria no Brasil.

Desse modo, ao analisar a participação social da juventude rural durante o período (2000-2015) em que se observou uma pujança na atuação juvenil, Castro (2016) afirma que, nesse período, a juventude do campo obteve uma forte presença no cenário político, contribuindo para a consolidação da juventude enquanto categoria política ao ampliar os espaços de atuação. Para a autora, os espaços “tradicionais” da política perderam espaços para novas formas de organização e participação juvenil.

O jovem rural enquanto ator político possuiu, durante os anos 2000, maior visibilidade também nos movimentos sociais, em que a pauta da identidade juvenil permeou os debates e discussões de organizações, cooperativas, associação de moradores e produtores etc. Essa alteração na participação social do jovem rural enquanto categoria política incidiu na configuração das políticas públicas para a juventude, com avanços no tema da sucessão rural. Entretanto, pós-2015, esses avanços começaram a sofrer um processo de estagnação devido às mudanças de governo, com Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atual), em que a juventude passa a não mais deter certa visibilidade na esfera federal.

Em 2015, último ano de realização das etapas das conferências, a juventude rural se organizou em suas comunidades, municípios e estados pautando políticas públicas, mas também pautando a permanência desses espaços institucionais, à época ameaçados pela possível extinção da SNJ e demais órgãos gestores e consultivos da juventude. É com base nesse cenário que a seção seguinte trata da participação da juventude do Mato Grande nesse processo.

### 3 A juventude rural do Mato Grande e a participação nas conferências

O Mato Grande é um dos dez territórios da cidadania do estado do Rio Grande do Norte, abrange uma área de 5.758,60 km<sup>2</sup> e é composto por 16 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros e Parazinho. É considerado um território rural, onde a maioria da população (114.246 dos 223.761 habitantes) reside em zona rural (51,06%).

Mais que um limite geográfico pré-estabelecido, o Território do Mato Grande é uma identidade regional, onde as diversas relações, sejam elas pessoais, sociais e/ou profissionais, estão alinhadas a uma cultura ou modo de viver. A identidade do Mato Grande está estritamente ligada à agricultura familiar e às relações de vida do meio rural. São 6.665 agricultores familiares, sendo 5.161 famílias assentadas pela Reforma Agrária, além de uma comunidade quilombola.

O tecido organizativo do Mato Grande é sólido e é mantido por meio da participação dos moradores nas organizações que fomentam a participação social e política. O território conta com algumas iniciativas sociais inovadoras no estado, como os Bancos Comunitários de Pureza e de São Miguel do Gostoso. Os bancos comunitários seguem os valores e princípios da economia solidária e ofertam para a comunidade serviços de crédito para produção e consumo, alterando, assim, as dinâmicas e processos organizativos e sociais do território.

A forte inserção de associações e cooperativas, além do grande número de assentamentos rurais, influi de maneira significativa nas dinâmicas participativas dos moradores, incluindo a juventude. O Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (FOMAG), criado com a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, possui um comitê de juventude, espaço de diálogo, proposição de políticas públicas e participação política para os jovens do território. A criação do comitê, e posteriormente seu andamento, ocorreu por meio do acúmulo organizativo que possuíam as organizações de juventude do território.

A juventude do Mato Grande estava presente, no período considerado pela pesquisa (ano de 2015), nos diversos espaços de participação existentes no território, sejam institucionalizados pelo poder público ou não<sup>4</sup>. Assim, os jovens do

---

4 Importante destacar que essa pesquisa teve início em 2015, momento em que havia uma grande presença da juventude em diversos espaços públicos, institucionalizados ou não. A partir do final de 2016, com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, muitas políticas públicas são diluídas e espaços participativos são enfraquecidos. Portanto, atualmente, a juventude rural do Mato Grande se engaja na tentativa de reconstrução da sua influência política.

território se inseriram em grupos, associações de moradores, associações produtivas, grupos de teatro, grupos religiosos, grupos de esporte e lazer, além de outros agrupamentos juvenis. Nessa mesma direção, a juventude rural também passou a atuar de forma mais coletiva nas suas comunidades e assentamentos. O fortalecimento de órgãos, entidades, sindicatos e movimentos sociais impulsionou a participação social de jovens rurais, tanto em espaços locais quanto externos aos assentamentos e comunidades, além de se engajarem em partidos políticos.

As experiências inovadoras de participação social no Mato Grande, como os bancos comunitários e o Comitê de Juventude do Fomag, possibilitaram a expressiva conferência territorial realizada pelo território, assim como a participação dos jovens rurais na etapa estadual e nacional, analisadas nas subseções a seguir.

### 3.1 Conferência territorial

O Território do Mato Grande se destacou no processo das conferências. Com um histórico positivo de participação juvenil nos espaços públicos locais e estaduais, o Território de Mato Grande realizou 12 conferências municipais, nas cidades de Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco e Taipu. Assim, houve uma contribuição preparatória notável para a etapa territorial. De acordo com a Entrevistada 02 e uma das organizadoras das etapas municipais:

A gente não encontrou muito o desafio da articulação da etapa territorial porque a gente já tinha constituído o Comitê de Juventude e nós decidimos dar prioridade a realizar o máximo possível de conferências nos municípios, e onde a gente tinha o representante do comitê que morava naquele município, a gente se articulou com ele e ele se articulava com demais organizações do município pra poder organizar a conferência municipal (Informação verbal).

A realização das etapas municipais, mesmo em municípios pequenos, foi promovida pelo Comitê de Juventude do Território de Mato Grosso, que articulou as lideranças municipais, como forma de fortalecimento dos jovens para as etapas seguintes:

O poder público da nossa cidade não se interessou em fazer a conferência, a conferência foi toda organizada pela sociedade civil, em especial, o grêmio estudantil Eriberto Araújo, o qual eu era o presidente ano passado. A gente

teve que mobilizar o sindicato para fazer a convocatória. Então, ela contou com a presença de quase 50 pessoas, a gente fez uma mobilização nas escolas estadual e municipal e a gente teve uma participação muito boa dos jovens (Entrevistado 01, informação verbal).

O resultado dessa mobilização em dez cidades do território resultou em uma expressiva conferência territorial. Convocada no dia 23 de julho de 2015, pelo Comitê de Juventude do Território do Mato Grande, o território realizou sua conferência no dia 29 de agosto, com o tema “As várias formas de mudar o Mato Grande”. Esse encontro ocorreu em Parazinho/RN, com apoio do poder público e de diversas instituições parceiras. A conferência contou com a presença de 160 participantes, representando 45 instituições da sociedade civil e dos poderes públicos.

Questionado acerca dos resultados obtidos pela juventude rural do Mato Grande na etapa territorial das conferências, o Entrevistado 01 afirmou:

Em minha opinião, o que teve de resultado concreto para a juventude do Mato Grande é que as juventudes rurais estavam bem presentes e isso é um fato notório, todas as juventudes do meio rural participaram das conferências, seja do movimento LGBT, seja de movimento de mulheres da zona rural, então todos os movimentos rurais do Mato Grande participaram e eu vi a representação de movimento dos jovens urbanos menor que a do jovem rural, então isso é uma conquista muito grande, é importante a gente frisar (Informação verbal).

Foram eleitos para a Conferência Estadual de Juventude 12 jovens da sociedade civil, como delegados titulares, e 12 suplentes, além de um representante titular da sociedade civil de povos e comunidades tradicionais e três titulares e um suplente representando o poder público. De acordo com o relatório final, para os participantes, a realização da II Conferência Territorial do Mato Grande foi “um marco histórico para a juventude do Mato Grande e fortalecerá o Comitê de Juventude”. Conforme a Entrevistada 02, “a realização da conferência mobilizou 11 municípios do Território do Mato Grande e contribuiu com o fortalecimento das experiências da juventude local”.

### 3.2 Conferência Estadual

No dia 4 de agosto de 2015, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria Extraordinária Estadual de Juventude (SEJURN),

convocou a III Conferência Estadual de Juventude, que ocorreu nos dias 14 e 15 de novembro do mesmo ano na UFRN e contou com a presença de 23 entidades representativas do poder público e da sociedade civil. Essa conferência foi realizada sob coordenação da Sejern, em parceria com a Comissão Organizadora Estadual (COE) e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC).

Seu tema foi “As várias formas de mudar o Rio Grande do Norte” e contou com a presença de 200 participantes, entre delegados e ouvintes, reunindo representantes da juventude do estado. Nos dois dias do evento, rodas de conversas, grupos de discussão, trocas de experiências e intercâmbios entre os jovens dos diversos territórios do estado trataram de um importante leque de temas.

Percebemos que a questão territorial esteve bastante presente nas discussões e propostas, o que demonstra o anseio das juventudes do Rio Grande do Norte por políticas públicas de desenvolvimento dos territórios do estado. De acordo com o Entrevistado 01, as juventudes rurais participaram ativamente de todos os grupos temáticos (GTs): “eu acho que todas as juventudes se sentiram contempladas com os GTs, eu realmente não senti a ausência de nenhuma juventude em nenhum dos GTs, então foi bem proveitoso”.

O saldo da conferência estadual foi bastante positivo, com boa representatividade dos territórios e da juventude (campo, cidade, comunidades tradicionais, jovens não organizados e organizados em grupos e/ou coletivos, estudantes, gestores etc.). Para o Entrevistado 01, “a conferência estadual foi muito importante pra juventude no estado, uma vez que ela praticamente priorizou a participação dos jovens rurais, jovens indígenas, negros e LGBTQs”. O delegado na etapa estadual e articulador do território acredita que a participação da juventude nos espaços de conferências resultou em uma “evolução muito grande e muito importante para a juventude no estado [...] as conferências praticamente priorizaram essas classes que antes não eram ouvidas”.

Em cada GT, duas propostas foram selecionadas. Em diversos grupos temáticos, foi possível encontrar uma proposta eleita que contemplasse a juventude rural. Uma das propostas eleitas no GT “Direito ao território e mobilidade” foi:

Construir democraticamente um Plano Nacional de Sucessão Rural para a Juventude do Campo, Comunidades Tradicionais e Indígenas, que combine/articule políticas nacionais, que respeitem as especificidades regionais dos territórios, que tenham como eixos estruturantes: a) terra e água; b) assistência técnica; c) crédito; e) educação DO/NO/PARA o campo; e e) cultura, esporte e lazer.

Diversas propostas provenientes da etapa estadual e da plataforma digital compuseram o caderno final de propostas da etapa nacional. A Conferência Estadual de Juventude elegeu 23 delegados para a etapa seguinte, sendo 18 jovens representantes da sociedade civil e cinco do poder público. Dos 18 delegados da sociedade civil, cinco foram representantes do Território do Mato Grande.

### 3.3 Conferência Nacional

Com o tema “As Várias Formas de Mudar o Brasil”, a III Conferência Nacional de Juventude (CNJ) ocorreu, entre os dias 16 e 19 de dezembro de 2015, no Estádio Nacional Mané Garrincha, localizado em Brasília (DF). A III CNJ contou com a presença de 2.000 participantes, entre delegados de todos os estados, eleitos nas etapas presenciais e digitais, representantes de 14 delegações internacionais, que vieram ao Brasil com o objetivo de trocar 29 experiências de políticas públicas voltadas para a juventude, muitos ouvintes e diversos coletivos juvenis.

[...] 70% das(os) credenciadas(os) eram jovens negras e negros; toda a delegação com paridade de gênero, metade de mulheres cis/transgênero; 30% das(os) delegadas(os) eleitas(os) por meio da Plataforma Digital que permitiu a chegada de jovens que não teriam como participar por meio das etapas municipais e estaduais [...] (Souza, 2016).

Jovens representando a diversidade cultural das regiões do Brasil marcaram a III CNJ. Foi expressiva a presença de juventudes oriunda de povos e comunidades tradicionais. Os jovens indígenas, negros, rurais, urbanos, LGBTs etc. atuaram notoriamente na conferência. Essas juventudes preencheram os espaços de discussão, grupos de trabalho, plenária e mesas redondas, apresentando inúmeras demandas.

#### Quadro 1 – Propostas prioritárias da III Conferência Nacional de Juventude

Eixo	Proposta
Participação	Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de políticas públicas de juventude, nas três esferas administrativas. O fundo nacional de juventude funcionará com repasses definidos percentualmente entres os três entes federados para direcionar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.

Território	Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar às suas terras originais, e serem, assim, contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural.
Segurança	Não à redução da maioria penal, pelo cumprimento efetivo das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Fonte: adaptação de Silva Júnior, 2016.

De acordo com o Entrevistado 01, “as escolhas das propostas foram bem colocadas, priorizando a juventude indígena em relação à reivindicação da re-marcação de terra”. As propostas dos eixos Participação e Segurança abrangem todas as juventudes, assim como a criação do Sistema Nacional de Juventude e a não redução da maioria penal.

Porém, a proposta do eixo Território contempla a juventude rural por meio da regularização de assentamentos e reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais. Essa proposta (juntamente com aquela do eixo Segurança) foi a mais votada da conferência, o que mostra a importante organização da juventude rural não só nessa ocasião, mas em diversos espaços de participação. A pauta da Reforma Agrária está cada vez mais em evidência entre os jovens, o que repercutiu na eleição com grande votação da proposta territorial.

Em um momento conturbado da política brasileira, com a SNJ sendo reestruturada e agrupada com outras secretarias, a realização da Conferência Nacional de Juventude desempenhou um papel imprescindível na juventude do país, organizando os jovens, propiciando debates pertinentes, ampliando o exercício da cidadania e contribuindo com o desenvolvimento social dos mais de 600 mil jovens envolvidos nas diversas etapas realizadas, com uma metodologia que facilitou a participação em diversos espaços e em momentos diferentes.

Esse momento que estamos vivendo na história do Brasil requer mais ainda a nossa participação enquanto jovem, de compreender, de sair às ruas, de dizer que a gente é contra o golpe, que nós somos a favor de uma democracia inclusiva, que traga a juventude como sujeito de direito, sujeito protagonista, [...] na verdade a gente já está sofrendo as consequências. Eu avalio que a conferência trouxe essa expressão para a sociedade, porque já fazia

um tempo que não tinham essas atividades de juventude, então, esse foi um momento muito importante para nós nos organizarmos (Entrevistada 02, informação verbal).

A juventude rural desempenhou importante protagonismo na III Conferência Nacional de Juventude, com um satisfatório número de delegados. Assim, permitiu a consideração de muitas demandas de um jovem do campo. Para a Entrevistada 03, a participação da juventude rural no processo das conferências contribuiu para a “construção de uma sociedade inclusiva, onde os jovens constroem política pública”. A construção de possibilidades de acesso a direitos e a apoios políticos por parte da juventude rural representa um avanço significativo na luta por seu reconhecimento enquanto categoria social e política. Questionada acerca da conferência nacional e seus pontos positivos, a Entrevistada 02 afirmou:

Eu acho que a conferência [nacional] foi bacana, as propostas que foram colocadas foram interessantes pra gente da juventude rural. Colocar lá numa conferência nacional o Plano Nacional de Sucessão Rural como uma das prioridades pra ser realizada no Brasil foi muito animador (Informação verbal).

Com todas as dificuldades que o jovem rural enfrenta em espaços de participação dentro e fora de suas comunidades, sua inserção no processo analisado mostrou seu papel emergente nas disputas e debates de políticas públicas. Como afirmou a Entrevistada 03, “a juventude rural deixou claro que sabe o que precisa, que luta por seus direitos”. A eleição de uma proposta final que visa ao desenvolvimento de jovens rurais revela que o debate na academia e na esfera pública acerca da juventude do campo deve abarcar, além do êxodo rural, a sucessão rural. Com efeito, o futuro do desenvolvimento rural se assenta nas escolhas da juventude.

### Considerações finais

Em um período conturbado da política brasileira, marcado pelo desmonte de políticas públicas sociais e pela realocação de ministérios e secretarias, incluindo a Secretaria Nacional de Juventude, responsável pela organização das conferências, que foi realocada para o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a juventude brasileira, representada por mais de três mil delegados, reuniu-se em uma



conferência nacional que significou, para além de seu papel institucional, um ato político de resistência da juventude frente aos desafios postos à SNJ, à época, envolvida em disputas pela permanência da pasta no governo federal.

Os jovens rurais, antes atores invisíveis aos olhos da sociedade e do Estado, puderam expressar nas conferências da juventude de 2015 suas próprias demandas e dar voz a suas reivindicações, com uma condução consistente e articulada de propostas. Como resultado, os representantes da juventude rural conquistaram uma das três propostas principais, consistindo na consideração do jovem no processo de desenvolvimento rural com vistas à formulação do Plano Nacional de Juventude.

Para além das conquistas da etapa nacional, enquanto categoria, a juventude rural do Mato Grande, impulsionada pelas iniciativas locais de estímulo da participação social como os fóruns de políticas públicas, comitês, projetos de extensão das universidades, além das organizações, movimentos sociais e demais iniciativas comunitárias, conseguiu sair do processo das conferências de 2015 com um acúmulo organizativo e participativo que estimulou uma pujança no surgimento e organização dos jovens do território.

A juventude rural mostrou que tem condições concretas de realizar ações que garantam seus direitos. Sem dúvida, as conferências são espaços políticos de intensa disputa de poder. Todo o processo da III Conferência Nacional de Juventude, desde as mobilizações nos municípios, passando pelos debates, até a eleição de proposta dos jovens rurais, contribuiu para o fortalecimento da juventude rural enquanto categoria. Para essa juventude, as conferências podem ser consideradas espaços de participação, mas também um novo horizonte na forma de pensar, fazer e disputar políticas públicas.

Porém, passado o processo de conferências em 2015, quais serão os desdobramentos desse acúmulo organizativo adquirido pela juventude rural do Mato Grande frente a um período de instabilidade das Instituições Participativas? Acreditamos que pesquisas futuras contribuirão de maneira significativa nessa agenda de pesquisa.

## Referências

- AVRITZER, Leonardo. *Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil*. Brasília, Ipea, 2012.
- BRASIL. O que é? *Secretaria Nacional de Juventude*, 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventuderural/o-que-e?lang=es#.V2yD2NwZHbN>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

- CAETANO, Edson; AZEVEDO, Eva Emilia Freire do Nascimento. Políticas públicas e juventude: algumas particularidades do caso brasileiro. *Polis. Revista Latinoamericana*. Santiago, n. 48, 2017, pp. 01-18.
- CASTRO, Elisa Guaraná de *et al.* *Os jovens estão indo embora?* Juventude rural e a construção de um ator político. Seropédica, Rio de Janeiro, Mauad X, 2009 (239).
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*. João Pessoa, v. 1, n. 45, Jul./Dez. 2016, pp. 193-212.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos de gestores na política social urbana e participação popular. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, n. 7, Jun./Jul. 2002, pp. 09-31.
- GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 13, n. 2, mai./ago. 2004, pp. 20-31.
- LAVALLE, Adrian Gurza. Após a Participação: Nota Introdutória. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, v. 1, n. 84, 2011, pp. 13-23.
- MOURA, J. T. V. de; SILVA JÚNIOR, M. A. F. da; SILVA, J. A. da. Dinâmicas da juventude rural no campo político e a disputa por espaços nas Conferências de Juventude. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 9, 2021. *Anais [...]* Virtual, Coninter, 2021.
- PETINELLI, Viviane. As conferências públicas nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do governo federal (2003-2010). *Opinião Pública*. Campinas, v. 17, n. 1, Jun. 2011, pp. 228-250.
- PINTO, Celi R. J. As conferências nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública. Encontro anual da ANPOCS, 30, 2006. *Anais [...]*. Caxambu, Anpocs, 2006.
- SILVA JÚNIOR, M. A. F. da. *A participação da juventude rural nas Conferências territoriais, estaduais e nacional de juventude*. Trabalho de conclusão de curso, Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2016.
- SILVA, Marcelo Kunrath; ROCHA, Ana Georgina; ALVES, Marcia Alves. Desenvolvimento territorial e associativismo: uma análise comparativa. *Revista TOMO*. São Cristóvão, n. 20, Jan./Jun. 2012, pp. 59-86.
- SOUZA, D. O que “resta” da #3ConfJuv? *Secretaria Nacional de Juventude*, 2016. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventude/noticias/o-que-resta-da-3confjuv#.V2ynV7grLIU>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

Recebido em: 09/07/2020

Aprovado em: 15/01/2021

**Como citar este artigo:**

SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; MOURA, Joana Tereza Vaz de. Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015): o caso dos jovens do Território do Mato Grande. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 387-405.